

ARRECAÇÃO DE IMPOSTO

Guerra fiscal: rivais do Estado abrem mão de mais receitas

Espírito Santo abdicou só de 8,8% das entradas de ICMS, menos que Paraná (22%) e São Paulo (10%)

/// RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

Os Estados que foram e são críticos ferozes do Espírito Santo na concessão de benefícios – que implica em abrir mão de parte da arrecadação do ICMS – comprometeram mais suas receitas capixabas. Enquanto o Espírito Santo renunciou a 8,8% das entradas desse imposto, o Paraná abriu mão de 22,4% e São Paulo, 9,9%.

É o que demonstra levantamento feito pela Fabrafite, federação que reúne as associações de fiscais estaduais e da Secretaria da Fazenda de São Paulo. O estudo mostra que a renúncia fiscal do ICMS, na média brasileira, representou 16,6% da arrecadação.

Na avaliação do secretário estadual da Fazenda, Maurício Duque, os números comprovam claramente “que temos uma política extremamente conservadora no quesito dos incentivos fiscais”. Duque, que tem enfrentado duras críticas dos demais Estados nos encontros nacionais em que o tema é tratado,

RENÚNCIA DE ICMS

Participação do imposto incentivado na arrecadação dos municípios
Valores em R\$ bilhões

Estado	Arrecadação em 2012	Renúncia na LDO	% da receita em 2012
Amazonas	6,5	4,39	67,5
Pará	6,27	0,71	11,3
Maranhão	3,86	0,44	11,3
Piauí	2,4	0,18	7,6
Ceará	7,65	1,05	13,7
Rio Grande do Norte	3,69	0,25	6,7
Paraíba	3,25	0,59	18,0
Pernambuco	10,6	1,44	13,6
Alagoas	2,45	0,29	11,8
Bahia	14,44	2,52	17,5
Minas Gerais	32,1	3,01	9,4
ESPIRITO SANTO	9,22	0,81	8,8
Rio de Janeiro	25,47	2,92	11,5
São Paulo	109,1	10,77	9,9
Paraná	17,86	4,0	22,4
Santa Catarina	12,72	4,82	37,9
Rio Grande do Sul	21,38	5,31	24,8
Mato Grosso	6,71	1,03	15,4
Mato Grosso do Sul	6,0	1,18	19,7
Goiás	11,37	5,81	51,1
Distrito Federal	5,69	1,27	22,4
Total	318,73	52,79	16,6

Fonte: dados de LDO e Cotepe, com elaboração da Fabrafite e da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

lembrou que Paraná e São Paulo são os que mais condenam o Espírito Santo.

Amazonas é o que mais abre mão de receita do ICMS (67,5%), seguido de

Goiás (51,1%) e de Santa Catarina (37,9%). Na avaliação do secretário capixaba, a Zona Franca de Manaus, muito distante dos principais centros de

consumo do país, realmente precisa de incentivos para manter os empreendimentos lá instalados.

Outro Estado que tem criticado fortemente a po-

PRESERVAÇÃO



“Não há previsão de mudança na política estadual de incentivos, que está no rumo certo e contribuindo para o desenvolvimento equilibrado”

MAURÍCIO DUQUE
SECRETÁRIO ESTADUAL
DA FAZENDA

lítica de incentivos do Espírito Santo é o Pará, muito afetado pela Zona Franca de Manaus. Santa Catarina também é um dos críticos da política adotada pelo Espírito Santo, mas também é um dos que mais perdem receita.

O governo, explica o secretário, procura aumentar a competitividade das empresas para que elas tenham condições de produzir e concorrer no mercado. A concessão de benefícios, argumentou, não tem atrapalhado o crescimento da arrecadação de ICMS e essa é uma demonstração

de que a política do governo está correta.

A política estadual de concessão de benefícios tem a finalidade de atrair novos empreendimentos ou de garantir competitividade para as empresas já instaladas. Na avaliação de Duque, o incentivo por si só não resolve. “O Estado atuando de forma equilibrada derruba os argumentos dos nossos críticos”, argumenta.

COMPENSAÇÃO

O secretário enfatiza que as perdas de arrecadação com a concessão de benefícios “são mais do que compensadas com o aumento da arrecadação proveniente da melhoria da competitividade das empresas locais”.

Todos os Estados brasileiros, mesmo aqueles que criticam seus vizinhos, concedem algum tipo de incentivo fiscal. E o levantamento da Fabrafite foi feito com base nos dados de 2012, quando ainda não estava em vigor a alíquota unificada de 4%. Nos debates travados durante a discussão da proposta que reduziu a alíquota, o Espírito Santo foi duramente criticado por que tinha os benefícios do Fundap.